



A INTERSETORIALIDADE NA AGENDA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mirian de Freitas da Silva, Geraldo Márcio Timoteo

O trabalho tem como objetivo central identificar, analisar e compreender a importância das ações intersetoriais na rede socioassistencial no processo de consolidação e fortalecimento da política pública de assistência social pós-sistema único de assistência social (SUAS2005). Vale frisar que trata-se de uma pesquisa em andamento, portanto, os resultados apresentados são parciais, sendo resultado das leituras sobre a temática. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica acompanhada de leitura atenta, análise crítica e reflexões sobre a intersectorialidade na agenda da política pública da assistência social como ferramenta de intervenção por parte do Estado nas múltiplas expressões das desigualdades e exclusões a que está submetida grande parcela da sociedade. De acordo com Pereira (2014) a intersectorialidade se insere na agenda das políticas sociais no tempo presente e requer considerar as características e particularidades do sistema de proteção social brasileiro, marcado pela frágil relação com o campo da garantia do direito. Apontamos como principais resultados a necessidade de implementar a assistência social na perspectiva universal contida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2005) e, além disso, foi possível identificar um processo de universalização segmentada em curso no âmbito das políticas sociais, em especial da assistência que segue fielmente a agenda neoliberal (Estado máximo para o mercado e mínimo para o social). Frente a esse contexto, a literatura aponta para a necessidade das ações intersectoriais como instrumento que possibilita romper com o legado tradicional de cada um fazer o seu, pois aquelas expressam a articulação entre os diferentes tipos de políticas sociais para enfrentar diversas faces das desigualdades sociais em contextos específicos (PEREIRA, 2014). Por fim, as reflexões críticas tecidas neste trabalho apontam para o desafio de efetivação plena da assistência social como política que garante direitos por meio da redistribuição de renda e combate a pobreza, exigindo ação intersectorial em um sentido amplo para superar, primordialmente a vacuidade entre a intenção e a ação no contexto de implementação das políticas sociais no contexto brasileiro.